



Anhanguera

28/10 a 01/11

Autor(es)

Luciano Da Silva Buiati
Willians Gomes De Guedes
Thatiane Dias Dos Santos

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA

Resumo

A Psicologia jurídica no Brasil começou a se desenvolver na década de 1960. Inicialmente, a profissão foi reconhecida de forma lenta e gradual, com a entrada de trabalhos voluntários na área criminal. Esses trabalhos focavam em estudos sobre adolescentes infratores e criminosos adultos. A Universidade do Estado do Rio de Janeiro foi pioneira na formação acadêmica nesta área. A psicologia jurídica tem como objetivo interligar a psicologia e o direito, abordando questões como a avaliação de testemunhas, a compreensão do comportamento humano em contextos legais e a aplicação de psicodiagnósticos em processos judiciais.

Psicologia Jurídica, obteve seu reconhecimento como área de especialidade pelo Conselho Federal de Psicologia no ano de 2000, se tornando um marco situacional no desenvolvimento das práticas psicológicas singulares que contribuem para a constituição de respostas às demandas da sociedade perante a lei e a justiça (Nakamura; Melo-Silva., 2023).

De acordo com Moreira e Soares. (2019) ao pensar a judicialização no cenário brasileiro, como uma bio/necropolítica, faz-se necessário pensar o modo como os diferentes sujeitos estão marcados em relação às instâncias jurídicas, em especial, quando entram em cenas diferentes contextos. Contextos esses que diretamente interferem no bem-estar físico e mental do indivíduo.

Diante desse novo cenário de atuação do psicólogo, é fidedigna sua contribuição pois segundo Carvalho (2013) fazer parte da construção de um serviço é um grande desafio, mais ainda por tratar-se de um novo lugar que a Psicologia ocupa em instituições jurídicas, campo que vem crescendo em larga escala nos últimos anos.